

Esdras Arraes

Orientadora:
Profa. Dra. Beatriz Piccolotto
Siqueira Bueno

e

NTRE RESES e ALMAS: QUESTÕES SOBRE URBANIZAÇÃO, ARQUITETURA e ARTE DAS MISSÕES JESUÍTICAS DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE¹

RESUMO

O povoamento e a instituição da rede urbana dos sertões das capitanias do Norte surgiram com o apoio régio ao duplo movimento realizado por criadores de gado e missionários, a partir de meados do século 17. Sendo assim, este ensaio busca interpretar, por meio de evidências materiais, como os encontros - simbióticos e/ou conflituosos - entre pecuária e catequese jesuítica estruturaram os fenômenos urbano, arquitetônico e artístico, em uma região considerada pela historiografia clássica como “periférica” aos interesses políticos da Coroa Portuguesa. Interpretaremos, no território, como as estratégias de conversão do indígena criaram uma malha de aldeamentos missioneiros precisamente locados na área. Ainda apontaremos, em linhas gerais, como as edificações jesuíticas seguiram modelos formais encontrados nos principais centros de irradiação cultural da colônia e da Europa. Sem esquecer, portanto, a consideração que tiveram os padres em “dialogar” tais arquiteturas com os condicionantes geográficos, naturais e sociais daquelas vastidões.

PALAVRAS-CHAVE

Jesuítas. Urbanização. Arquitetura. Arte. Pecuária. Aldeamentos missioneiros. Sertões do Norte.

¹ Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo auxílio concedido à realização desta pesquisa.

ENTRE RESES Y ALMAS: CUESTIONES
ACERCA DE LA URBANIZACIÓN,
ARQUITECTURA Y ARTE DE LAS
MISIONES JESUÍTICAS DEL INTERIOR
DE LAS CAPITANIAS DEL NORTE

pós- | 085

RESUMEN

El poblamiento y la institución de la red urbana del interior de las Capitanías del Norte del Brasil Colonia han surgido con el apoyo de la Corona al doble movimiento ejecutado por creadores de ganado y misioneros, a partir de mediados del siglo 17. Así que este artículo busca interpretar, a través de pruebas materiales, cómo los encuentros - simbiótico y/o litigioso - entre ganado y catequesis jesuítica han estructurado los fenómenos urbano, arquitectónico y artístico, en una región considerada por la historiografía clásica como “periférica” a los intereses políticos de la Corona Portuguesa. Vamos a interpretar, en el territorio, cómo las estrategias de conversión del indígena han creado una red de pueblos misioneros precisamente ubicados en el área. Aún analizaremos, en líneas generales, cómo las edificaciones jesuíticas han seguido modelos formales producidos en los principales centros de irradiación cultural de la colonia y de Europa. Sin olvidar, por lo tanto, de la consideración que han tenido los curas de la Compañía de Jesús en “dialogar” tales Arquitecturas a los condicionantes geográficos, naturales y sociales de aquellos rincones.

PALABRAS CLAVE

Jesuítas. Urbanización. Arquitectura. Arte. Ganado. Pueblos misioneros. Interior del Norte.

BETWEEN CATTLE AND SOULS:
QUESTIONS ABOUT URBANIZATION,
ARCHITECTURE, AND ART OF THE
JESUIT MISSIONS IN THE HINTERLANDS
OF THE NORTHERN PROVINCES

ABSTRACT

Population growth and the establishment of towns in the countryside of the Brazilian Northern Provinces came as the result of the combined support of cattle ranchers and Jesuit missionaries as of the mid-17th century. Using physical evidence, this study investigates how the encounters – symbiotic and/or confrontational – between cattle and catechism structured urban, architectural, and artistic phenomena in a region considered by classical historiography as “peripheral” to the political interest of the Portuguese Crown. This study also discusses how the missionaries’ strategies of conversion of the indigenous population created a web of settlements. It also points out how the Jesuit buildings followed formal models found in the main European and colonial cultural centers. It is noteworthy that the priests adapted such architecture to the geographical, natural, and social realities found in those remote areas.

KEY WORDS

Jesuits. Urbanization. Architecture. Art. Cattle. Missionary settlements. Northern hinterlands.

INTRODUÇÃO

Este texto procede do segundo capítulo de nossa dissertação de mestrado, intitulada - *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos 17 e 19* - iniciada sob orientação de Murillo Marx [*in memoriam*] e finalizada sob a coordenação do professor Luciano Migliaccio -, defendida em março de 2012, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), e que foi dedicada à urbanização dos sertões do Nordeste brasileiro, em tempos coloniais. Trata-se, portanto, de resultados não peremptórios. Por essa razão, pretendemos preencher certas brechas que persistem no estudo da urbanização, Arquitetura e arte brasileiras, por meio de nossa atual investigação de doutorado, com orientação da professora Beatriz P. Siqueira Bueno.

A história da Companhia de Jesus nos sertões das capitanias do Norte² confunde-se com os planos geopolíticos da Coroa portuguesa, de expandir as fronteiras estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas, e com o avanço da pecuária para regiões interioranas de seus domínios americanos. Isso foi possível graças ao apoio dado pelas autoridades régias, a partir da segunda metade do século 17, em povoar *de facto* os místicos e incógnitos sertões, com fazendas e currais de gado. As reses rumavam cada vez mais para o interior, em busca de pastagens, água e sal; dessa maneira, ultrapassaram geograficamente a virtualidade do meridiano de Tordesilhas.

Os colonizadores, após sucessivas solicitações de sesmarias, se depararam com um universo indígena completamente alheio a sua cultura e costumes europeus. O “encontro cultural”³ ocorrido entre índios e portugueses foi caracterizado, em alguns momentos, por uma relação comensal de trocas recíprocas. Por outro lado, no entanto, o conflito e jogos de poder tornaram-se corriqueiros naquela sociedade em ascensão demográfica e urbana. A “muralha indígena” reagia à colonização com assaltos às fazendas e guerras, divergindo, portanto, da política expansionista de Portugal. De fato, para remediar essa situação, a Coroa lusa patrocinou a fundação de dezenas de aldeamentos missionários, localizados em pontos nevrálgicos dos sertões das capitanias do Norte. Era dever da monarquia, segundo os pactos confirmados com a Igreja Católica (por diferentes bulas), “a conversão dos gentios, para aumentar a Religião Católica e dilatar a doutrina evangélica n’estas conquistas [...]”⁴. A institucionalização do cotidiano indígena em missões religiosas, sob a tutoria de um missionário, garantiria, em tese, o equilíbrio almejado por colonizadores, funcionários régios e pelo próprio rei. Às vistas da Igreja Católica, as reduções seriam uma eficiente alternativa para dilatar a cristandade, em detrimento do crescente perigo reformista que invadia a Europa.

A propagação do catolicismo entre os índios, no Brasil Colônia, foi impulsionada no Governo Geral, criado por D. João III em 1549. Naqueles primeiros anos, as dúvidas acerca das zonas sertanejas fizeram que os portugueses fundassem povoações na costa, sendo fácil compreender a metáfora de frei Vicente de Salvador, quando comparou tais assentamentos humanos a

² As Capitanias do Norte (assim chamadas pelas autoridades coloniais portuguesas) compreendiam boa parte do atual estado do Maranhão e os territórios do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Por coincidir, em sua maior parte, com o atual sertão da região Nordeste brasileira, em determinados momentos, apenas citaremos sertões nordestinos ou sertões do Nordeste.

³ BURKE, Peter. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 154.

⁴ ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Informação geral da Capitania de Pernambuco. Vol. XXVIII. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphics da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1908. p. 381.

caranguejos que arranhavam a linha da praia⁵. Conseqüentemente, as reduções religiosas também foram fixadas próximas ao mar, sendo compostas por índios que viviam nas cercanias, ou trazidos de regiões mais distantes pelos chamados descimentos. Somente depois da primeira metade do século 17, período que coincide com a expulsão dos holandeses do Brasil e o decréscimo econômico do açúcar no mercado internacional, o Estado português recomeçou seus projetos de colonização dos sertões, equacionados pelo apoio direto ao duplo movimento, realizado pela pecuária e seus agentes e por missionários. Nessa ocasião, o rio São Francisco e a chapada da Ibiapaba atraíram os padres da Companhia de Jesus e outras ordens religiosas⁶ a estabelecer comunidades indígenas, para conversão e “domesticação” dos nativos aos tratos do rei e da Igreja, umbilicalmente unidos por acordos de benefícios mútuos⁷.

Portanto, para compreender as transformações territoriais das capitanias do Norte, sua urbanização, a formação de uma paisagem *sui generis* e a arte ali produzidas, torna-se fundamental analisar a justaposição entre currais e missões religiosas, entre “reses” e “almas”. Esses dois aspectos são por nós considerados os *leitmotiven* da estruturação de uma rica rede de caminhos, de uma complexa divisão social e territorial do trabalho, por meio da oficialização de povoações às categorias de paróquia e vila, e da produção de uma Arquitetura que, em seus discretos detalhes, dialogou com o lugar onde foi edificada. Os jesuítas, um dos atores centrais nessa trama colonial, participaram nas transformações territoriais, urbanas, artísticas e sociais dos sertões brasileiros que aqui tentaremos esboçar.

CURRAIS E MISSÕES

A colonização dos sertões do Nordeste do Brasil e a progressiva ascensão populacional da área por moradores não indígenas ocorreram, segundo João Justianiano da Fonseca⁸, a partir de meados do século 17, quando foram solicitadas as primeiras datas de sesmarias localizadas no médio curso do rio São Francisco, para criar gado solto, extensivamente. Os requerentes faziam parte da poderosa família dos Dias d’Ávila, conhecida como a Casa da Torre. E, por isso, a criação dos primeiros currais, das fazendas de gado e o povoamento do território foram estimulados, na maioria dos casos, por esse morgado e seus associados.

Visando expandir e controlar de perto seus domínios, o rei de Portugal apoiou, num primeiro momento, a concessão de imensas sesmarias à Casa da Torre, haja visto o comprometimento dos Dias d’Ávila em povoar e cultivar as terras que gravitavam na órbita dos mistérios, mitos e dúvidas⁹. Por exemplo, em 1684, o governador da capitania de Pernambuco doou quatro grandes sesmarias ao morgado e seus sócios: uma com quarenta léguas, outra com vinte e cinco léguas, a terceira com doze léguas e, por fim, a quarta com sessenta léguas em quadra.¹⁰ Dentro desses imensos latifúndios, os colonizadores encontrariam os índios guerreiros, contrários a seus objetivos fundiários e econômicos. O resultado desse choque se deu por fortes conflitos e guerras, envolvendo os conquistadores e os indígenas. O genocídio se alargou; etnias desapareceram ou migraram para outras partes do território, e a região tornou-se instável. Observa-se uma grande quantidade de petições, provenientes dos colonos portugueses, urgindo por “remédio” para tal desequilíbrio social.

⁵ SALVADOR, frei Vicente de. *História do Brasil: 1500 – 1627*. São Paulo: Edusp, 1982. p. 152.

⁶ Principalmente franciscanos e capuchinhos.

⁷ MARX, Murillo. *Cidades no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991. p. 19.

⁸ FONSECA, João Justianiano da. *Rodelas: curraleiros, índios e missionários*. Salvador, 1996. p. 51.

⁹ ARRAES, Esdras. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 21, n. 02, jul.-dez. 2013, p. 49.

¹⁰ AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 1. As referências indicadas segundo a sigla “AHU” dizem respeito às fontes primárias manuscritas encontradas originalmente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que foram digitalizadas pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Agradeço à Cátedra Jaime Cortesão por ter me concedido acesso aos CDs do projeto.

Foi nesse ambiente beligerante que os padres jesuítas atuaram. Em algumas situações, diferentemente de outras ordens religiosas, eles estiveram a favor dos índios e de sua catequese. Ou, como opinou o padre Serafim Leite, “a vida dos jesuítas no Brasil decorreu sempre nesta alternativa dolorosa: ou defender os índios e ter contra eles os colonos, ou ter por si os colonos, mas às custas dos índios. Preferiram a primeira posição, sendo raras as ocasiões em que equilíbrio se gerou¹¹”. Dessa forma, os padres fundaram comunidades de índios em pontos nodais e nevrálgicos do território, como as margens dos rios São Francisco e Itapicuru, o sertão do Açu, no Rio Grande do Norte e no interior da capitania da Bahia.

As primeiras reduções religiosas interioranas surgiram no sertão baiano, margeando o curso dos principais rios e de caminhos terrestres elaborados por colonos e missionários, em associação com os nativos. Em 1697, D. Pedro II apoiou o desenvolvimento de uma estrada que ligaria a cidade de São Luís à capital do Estado do Brasil (Salvador). O jesuíta Jacob Cloceo havia sido encarregado da confecção do mapa do referido roteiro, para “conhecimento deste sertão, e terras por onde se descobriu esse caminho [...] para se conhecer o préstimo e qualidade dessas terras [...]”¹². Boa parte de tais vias eram reutilizações de antigos caminhos indígenas, demonstrando, portanto, sua ativa participação na configuração da paisagem territorial dos sertões, e a da colonização portuguesa.

Nas proximidades do caminho real do gado¹³, o padre João de Barros implantou, em 1666, a missão de São Francisco Xavier da Jacobina¹⁴. Em outra rota, que partia de Salvador da Bahia ao rio São Francisco, a Companhia de Jesus fundou, em 1689, outros três aldeamentos missionários: Natuba, Canabrava e Saco dos Morcegos. Essas quatro missões foram erguidas em zonas de forte litígio fundiário com a Casa da Torre. Realidade distinta da observada em Geru, aldeamento missionário localizado entre os rios Real e Itamirim, onde os conflitos foram mínimos, conferindo à região e à povoação relações sociais pacíficas. Com efeito, o equilíbrio territorial tornou a povoação de Geru um centro de viva religiosidade¹⁵. Portugueses e padres seculares que moravam nas proximidades, compadecidos com a difícil condição material dos missionários, solicitaram ao rei, D. João V aprimoramento infraestrutural do assentamento, diante da utilidade dos jesuítas em acudir espiritualmente as “almas” dispersas por aqueles confins¹⁶.

Geru foi uma das poucas exceções. Os inacianos foram mal quistos em muitas partes do território que analisamos, justamente por evitarem o uso de seus tutelados em guerras de conquistas, e por solicitarem, ao governo, uma parcela de terra, confirmada legalmente pelo rei, para o sustento dos aldeados. O Alvará de 23 de novembro de 1700, homologado por D. Pedro II, concedia, a todas as missões religiosas com mais de cem casais, uma sesmaria de uma légua em quadra. Além de abordar os fatos relativos à subsistência dos nativos, o alvará objetivou a fixação dos índios em sólidas povoações, para dilatar o povoamento do território, evitando, assim, a latente dispersão característica da frágil rede urbana que se estruturava no final dos Seiscentos. No entanto os relatos contemporâneos ao sobredito alvará mostram que muitos dos assentamentos de índios não receberam a área oferecida pelo monarca, isto é, não passaram de intenção da administração colonial. Como exemplificou Monica Dantas, a aldeia jesuítica de Natuba não desfrutou do terreno que lhe foi atribuído, porque seu proprietário,

¹¹ LEITE, Serafim. João de Barros, lisboeta, apóstolo dos Quiriris e Acarases. In: *Congresso do Mundo Português*. Vol X. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário, 1940. p. 476.

¹² AHU_ACL_CU_009, Cx. 9, D. 957.

¹³ AHU_ACL_CU_009, Cx. 9, D. 906.

¹⁴ LEITE, Serafim. “João de Barros, lisboeta, apóstolo dos Quiriris e Acarases”...Opus cit., p. 478.

¹⁵ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*...Opus cit., p. 325.

¹⁶ AHU_ACL_CU_SERGIPE, Cx. 3, D. 199.

Gaspar Carvalho da Cunha, nunca se desfez de parte dele em prol da sobrevivência dos indígenas e religiosos¹⁷.

O rio São Francisco foi outro cenário onde os jesuítas fundaram suas comunidades religiosas. Chegaram a essa zona por volta do ano de 1685, quando estabeleceram cinco missões: Rodelas, Acará, Caruru, Sorobabé e Arnipó¹⁸. Novamente os conflitos de ordem fundiária, travados entre a Casa da Torre e os missionários, impediram o progresso da catequese e o desenvolvimento de novos assentamentos indígenas. Os litígios foram tão intensos, que índios agregados aos Dias d'Ávila destruíram uma residência e uma igreja¹⁹ da Companhia. A reação da Casa Torre contra os jesuítas resultou, em 1696, na completa expulsão destes, de todas as missões por eles administradas nas margens sanfranciscanas, tendo sido passadas aos frades da Ordem de São Francisco, por atender aos interesses e conveniências do morgado, de alargar seus latifúndios e dispor os índios “domesticados” para futuras “guerras justas”.

No século 18, outros importantes aldeamentos foram implantados estrategicamente nas capitânicas do Maranhão e Pernambuco. Aldeias Altas, missão localizada às margens do rio Itapicuru, no sertão do Maranhão, congregou os indígenas da nação Guanarés. E em seu assentamento contou com uma residência, uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Nazaré²⁰ e um pequeno colégio que, após a extradição da Companhia de Jesus das colônias portuguesas (1759), tornou-se centro de ensino dos filhos da elite sertaneja do Piauí e Maranhão²¹.

A nosso ver, o aldeamento jesuítico mais expressivo, pela densidade populacional indígena reunida, pela Arquitetura e arte produzidas e por seu papel na urbanização do território, foi a missão da serra da Ibiapaba (hoje cidade de Viçosa - CE), situada na fronteira das capitânicas do Ceará e Piauí. Ali estiveram congregados 5.747 índios²² de diferentes etnias. A fertilidade do solo e a localização da serra na região foram dados considerados pelos missionários, desde a primeira tentativa de redução, realizada, sem sucesso, em 1608, pelo padre Francisco Pinto, martirizado e morto pelos indígenas Cararijus²³.

Após seguidas e frustradas tentativas de aldear os nativos na Ibiapaba, esses movimentos finalizaram em 1691, quando o padre Ascenso Gago instalou definitivamente o assentamento de evangelização²⁴. Segundo as diretrizes administrativas de Gago, a aldeia adquiriu um traçado regular, em figura retangular, cuja harmonia destinava-se simbolicamente à boa ordem e conversão dos neófitos. Foram agrupados três grupos indígenas, em zonas previamente planejadas: “o principal D. Jacobo de Souza para a parte do nascente, com todos os seus vassallos; o principal Salvador Saraiva, com os seus, para a parte do poente; e para a parte do sul, fechando a quadra da aldeia, o principal D. Simão Taminhombá, com seus vassallos [...]”²⁵.

A segregação dos índios em espaços funcionais seria um eficiente artifício de vigilância, “para que possam ficar o tempo todo sob os olhos dos padres, ótima decisão para o bom governo dos índios e para que vivam vizinhos sujeitos, mais quietos e controlados [...]”²⁶. O novo cotidiano requereu a construção de uma igreja edificada com materiais resistentes, tendo o forro do altar-mor ornado com alegorias dos sentidos humanos. O plano urbano do aldeamento da Ibiapaba parece se assemelhar ao de outras reduções ao sul do Brasil, como a missão de São Miguel, hoje patrimônio da humanidade, ou como outras comunidades de índios guaranis do Paraguai.

¹⁷ DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2007. p. 50.

¹⁸ João Justiniano da Fonseca, *Rodelas: curraleiros, índios e missionários...* Opus cit., p. 90.

¹⁹ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus...* Opus cit., p. 303.

²⁰ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus...* Opus cit., p. 154.

²¹ AHU_ACL_CU_009, Cx. 40, D. 3951.

²² AHU_ACL_CU_CEARÁ, Cx. 6, D. 416.

²³ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil...* Opus cit., p. 8.

²⁴ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil...* Opus cit., p. 3.

²⁵ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil...* Opus cit., p. 3.

²⁶ ARSI. Bras. 10, f. 27 *apud* POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial*. Tese (Doutorado) – UNICAMP. São Paulo, 2001. p. 355.

²⁷ MELLO, Magno; LEITÃO, Henrique. A pintura barroca e a cultura matemática dos jesuítas: o Tractado de Prospectiva de Inácio Vieira, S. J. In: *Revista de História da Arte*, n. 01. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), 2005. p. 95 – 144.

²⁸ VIEIRA, Antonio S. J. Relação da missão da Serra da Ibiapaba [1660]. In: GIORDANO, Cláudio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992. p. 122 – 190.

²⁹ ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Informação geral da Capitania de Pernambuco... Opus cit., p. 421.

³⁰ CÓDICE Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 924.

³¹ AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75.

³² ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado) - FAUUSP. São Paulo, 2012. p. 368 – 371.

³³ LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 211.

³⁴ Inicialmente determinado ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Diretório dos Índios esteve estruturado por noventa e cinco parágrafos, que buscavam a emancipação completa do indígena brasileiro, iniciada pelas leis de 06 e 07 de junho de 1755.

³⁵ AHU_ACL_CU_BAHIA, Cx. 20, D. 3633.

³⁶ AHU_ACL_CU_016, Cx. 8, D. 450.

A disciplina urbanística dos jesuítas é resultado de sua rígida formação religiosa e acadêmica, realizadas no Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra ou no Colégio de Santo Antão de Lisboa. Na capital portuguesa, por exemplo, os padres estudavam perspectiva e matemática através do *Tractado de Perspectiva de Inácio Vieira, S. J.*²⁷. Além disso, os regulamentos do padre Antônio Vieira traziam algumas considerações funcionais com repercussão no ordenamento espacial das aldeias, ou melhor, na paisagem de fato. Em seu parágrafo 10, Vieira determinou que os missionários deveriam ter suas casas próprias, separadas das dos índios e, se possível, contíguas ao templo católico²⁸ da localidade.

Outras duas missões foram implantadas, na capitania de Alagoas e às margens do rio São Francisco: Porto Real do Colégio e São Braz²⁹. Vale mencionar o caráter das atividades jesuíticas no sertão da capitania do Piauí. Nessa região, a Companhia de Jesus esteve preocupada em administrar suas 35 fazendas de gado, doadas, em 1711, por herança ao Colégio da Bahia, pelo rico fazendeiro Domingos Afonso Mafrense. Três dessas unidades serviram de residência aos padres: Santo Inácio, Nazaré e São João, a primeira situada nas margens do rio Canindé, as duas últimas na ribeira do Piauí³⁰. Nos arrabaldes da vila da Mocha, ainda no Piauí, o rei D. João V, em 1732, aprovou a construção de um seminário que serviria de morada para seis religiosos, tendo ofertado, para os gastos da obra, um auxílio pecuniário de 3 mil cruzados³¹. A edificação propiciou o ensino espiritual aos portugueses locais, escravos, negros forros e índios, que compuseram a tessitura social da vila³². Em termos urbanísticos, o novo edifício se tornou eixo condutor da expansão material da povoação, o que imprimiu um caráter funcional e estrutural ao seminário.

Finalmente, esquematizamos as missões jesuíticas, as residências e os seminários localizados nos sertões das Capitanias do Norte, no mapa da figura 01. Esse breve balanço temporal e geográfico, é necessário realizar, se quisermos verificar, no território, as materializações das decisões tomadas pelo Estado português, Igreja Católica e outros agentes envolvidos no colonialismo. Dessa maneira, entendemos o território como uma instituição social e política, envolvendo lógicas mensuráveis³³ por meio dos variados eventos ali imbricados.

O ano de 1759 é um marco na história da Companhia de Jesus do Brasil, por se tratar do ano da expulsão dos padres das colônias ultramarinas de Portugal, resultando na conversão de determinados aldeamentos missioneiros em vilas autônomas, segundo preconizado pelas normas do Diretório dos Índios, de 1757³⁴. Nas novas vilas de índios (assim as denominavam as autoridades régias, para distingui-las das povoações dos portugueses), o ideal político e social seria civilizar os nativos, pela agricultura, comércio e contato com os europeus. Os métodos pedagógicos de catequese haviam sido substituídos por premissas de ordem laica, baseadas nas reformulações políticas racionais do marquês de Pombal. Os nomes das missões deveriam mudar, “[...] sem atenção aos nomes bárbaros, que tem atualmente [...]”³⁵, “impondo-lhes os nomes das vilas mais notáveis deste Reino ou conservando o das referidas freguesias no caso que não sejam bárbaros [...]”³⁶: Geru tornou-se Tomar; Natuba virou Soure; Canabrava transformou-se em Pombal, em homenagem ao prestigiado ministro português; Saco dos Morcegos foi batizada de Mirandela; o grande aldeamento da Ibiapaba tornou-se Vila Viçosa Real. Depois da extradição dos padres, muitos dos índios

não conseguiram conviver no novo cotidiano ou “sistema de viver”³⁷ determinado aos núcleos oficializados pela Coroa portuguesa. Muitos fugiram das vilas, sendo cooptados por fazendeiros vizinhos, tornando-se seus agregados e recebendo o mínimo necessário a sua subsistência.

Antes da proscricção, belos e simples edifícios pios foram elaborados pela Companhia de Jesus, em associação direta com os indígenas aldeados. No próximo tópico, abordaremos brevemente esse assunto. Serão considerações esparsas, diante da fragmentação e pequena quantidade da documentação primária manuscrita e iconográfica que chegaram preservadas a nossos dias.

***HOC EST DOMUS DOMINI*³⁸: BREVE ABORDAGEM SOBRE ARQUITETURA E A ARTE PRODUZIDAS NAS MISSÕES RELIGIOSAS JESUÍTICAS DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE**

Ao longo do colonialismo brasileiro, os templos católicos exerceram o papel de centros de convergência daqueles moradores mais isolados. Eram espaços de sociabilidade e lazer: ouvia-se a missa, cantava-se e conversava-se com aquele amigo que há muito não se via. O *modus vivendi* do português efervescia, nessas ocasiões. As relações sociais, as trocas de experiências, de memórias e tradições intensificavam, dando dinamismo à realidade morosa dos núcleos urbanos sertanejos. Para os índios reunidos em aldeamentos missionários, a ermida significava, em termos simbólicos, mutação cultural, conversão de costumes e aceitação de valores forjados pela Igreja Católica e o Estado Português.

Os jesuítas estiveram a par dessas questões, adaptando a Arquitetura de suas capelas, igrejas, residências e colégios aos condicionantes impostos pelo meio, à técnica disponível, à mão de obra utilizada e aos modelos arquitetônicos produzidos nos principais centros de referência colonial (Salvador da Bahia, Olinda, Recife e São Luís³⁹) e da Europa. Como frisado por Wittkower, “os jesuítas, longe de ignorar os sentimentos e tradições populares, normalmente se adéquam aos costumes locais na arte e na Arquitetura”⁴⁰.

Nos sertões das Capitanias do Norte, até onde sabemos, poucas edificações remanescentes das missões jesuíticas chegaram preservadas à contemporaneidade. Isso ocorreu porque os edifícios eram inicialmente construídos com materiais pouco resistentes às intempéries climáticas. Quando foi estabelecer o aldeamento da Ibiapaba [hoje Viçosa – CE], o padre Ascenso Gago informou ao provincial da Companhia de Jesus no Brasil, Alexandre de Gusmão, que havia encontrado um local ideal, “fizemos logo igreja, não grande, por não haver ainda modo para isso [...]”⁴¹. Geralmente, para a elaboração das paredes e outras bases estruturais, os padres utilizavam a técnica rudimentar da taipa de mão. As folhas de palmeiras trançadas foram adotadas como cobertura do templo. Tal situação era, de certa forma, habitual por todas as partes dos sertões, como frisado por Thomé Carvalho e Silva, reverendo da igreja matriz da vila da Mocha (hoje Oeiras – PI): “[...] fiz neste vastíssimo deserto uma capela de materiais da terra, barro, vara e palha [...]”⁴².

A aquisição de materiais mais resistentes, como adobe, pedra e cal, era dificultosa, em razão das longas distâncias entre os aldeamentos missionários e os

³⁷ AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2853

³⁸ Traduzindo a oração em latim para o português, teremos “esta é a casa do Senhor”.

³⁹ MARTINS, Renata M. de Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653 – 1759)*. Tese (Doutorado) - FAUUSP. São Paulo, 2009. p. 91.

⁴⁰ WITTKOWER, Rudolf; JAFFE, Irma. Il contributo Gesuita alle Arti. In: *Architettura e Arti dei Gesuiti*. Milão: Mandatori Electa, 2003. p. 09. Apud MARTINS, Renata M. de Almeida. *Tintas da terra, tintas do Reino: arquitetura...* Opus cit., p. 47.

⁴¹ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil...* Opus cit., p. 49.

⁴² AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 96.

Figura 01: Missões jesuíticas dos “Certoens” das Capitânicas do Norte. Desenho do autor segundo informações encontradas nos manuscritos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco; ABREU, Caspistrano. *Capítulos de história colonial, 1500 – 1800*. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 194 – 197; PACHECO DE OLIVEIRA, João [org.]. *A presença indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 690 – 707; “INFORMAÇÃO Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. In *Anais da Biblioteca Nacional da Biblioteca Nacional*. Vol. XXVIII. Ano 1906. Rio de Janeiro, 1908. p. 419 – 422.



Figura 02: Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Viçosa – CE. Foto de Clovis Ramiro Jucá Neto.

Figura 03: Atual igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Oeiras - PI. Antes, templo que pertenceu à residência dos jesuítas na vila da Mocha. Foto de Esdras Arraes, abril/2010.



Figura 04: Retábulo e parte do seu forro da igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Viçosa – CE. Foto de Clovis Ramiro Jucá Neto



centros de geração e irradiação desses produtos (ver mapa da figura 01), pela precariedade dos caminhos e a pobreza de recursos pecuniários, tanto dos moradores portugueses como dos indígenas. Nos casos analisados, a Coroa lusa apoiou financeiramente as construções que serviam aos seus planos geopolíticos de expansão dominial, como, por exemplo, a igreja de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba [figura 02]⁴³, cuja missão congregou um contingente indígena que poderia facilmente ser usado em futuras guerras de conquistas. Além do mais, o rei delegou aos colonizadores o dever de apoiar monetariamente as reduções religiosas localizadas em suas terras. Os fazendeiros de gado, quando convinha a suas ambições, ofertavam algum dinheiro às obras das missões. Assim fizeram certos moradores do Piauí, destinando 46 mil réis à edificação do seminário a ser erguido na vila da Mocha⁴⁴ [ver remanescentes da construção, na figura 03]. Temos também o caso do coronel Garcia d'Ávila Pereira, chefe da Casa da Torre, que havia patrocinado a fábrica da capela da missão franciscana de Nossa Senhora das Neves, situada às margens médias do rio São Francisco, por ser “de grande utilidade para a condução dos seus gados [...]”⁴⁵.

Na planta da cidade de Oeiras, de 1809, elaborada a pedido do governador da capitania, Carlos César Burlamaqui, está indicada a precisa localização do seminário dos jesuítas no rossio da cidade⁴⁶. Ao analisar com mais cuidado as informações relativas à forma do edifício em questão, presentes no mapa, notaremos dois volumes independentes: a capela e um bloco contendo os quartos, um salão e um pátio interno. A ermida foi projetada com uma única nave, sem adotar a costumeira planta em cruz romana. Na lateral do templo, os construtores optaram por desenvolver um alpendre, espaço cujo conforto climático seria essencial para evitar os ensolarados e secos dias dos sertões.

A principal fachada possui uma portada de acesso à nave e quatro fenestras “espelhadas”, sendo que, em uma delas, foram acomodados os sinos do templo. A simetria do alçado talvez seja um esforço dos projetistas em seguir os cânones da tratadística italiana, haja vista a existência desse tipo de publicação nas bibliotecas dos colégios da Companhia de Jesus. Ou, ainda, pode ser o resultado de experiências visuais, uma reprodução daquilo visto em outras Arquiteturas brasileiras, tanto do litoral, como do interior⁴⁷.

O projeto do seminário teve sua construção aprovada, em 1732, pelo rei D. João V. Naquela ocasião, o pároco da igreja matriz da vila da Mocha, Thomé Carvalho e Silva, havia tomado a liderança da obra do edifício. Contratou-se o pedreiro, morador da povoação, Domingos Dias da Costa, que, ao ser instado sobre o modelo arquitetônico a seguir, relatou uma “igreja com sua sacristia por detrás do altar-mor como se costuma nos colégios dos ditos padres. Tendo o hospício de uma parte da dita igreja uma quadra de sobrados para cubículos, por cima com seu salão de hóspedes, e por baixo a oficina deste e refeitório, e da outra parte da igreja pátio ou forma dele para a escola, sendo a dita obrada [sic] de empreitada aos oficiais que houvesse de fazer [...]”⁴⁸. Ao dizer “como se costuma nos colégios dos ditos padres”, o pedreiro aludia a um certo modelo projetual dos seminários e colégios existentes nos principais centros de referência arquitetônica do Brasil: Salvador, Olinda, Recife e São Luís. Como percebido por Lúcio Costa, conventos, seminários, igrejas e colégios da Companhia contaram em dispor vários corpos da construção em “quadra”, formando, no interior, um pátio para convívio dos religiosos. A igreja, sempre alinhada e unida a esta quadra,

⁴³ Agradeço ao prof. Dr. Clovis Ramiro Jucá Neto, por ter-me concedido gentilmente o uso das fotos da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa – CE.

⁴⁴ AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75.

⁴⁵ AHU_ACL_CU_005, Cx. 17, D. 1484.

⁴⁶ Esse mapa faz parte da coleção do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

⁴⁷ Esse modelo de fachada é encontrado nas igrejas da vila da Jerumenha, no Piauí; na capela da Passagem da Manga, situada no sertão dos Pastos Bons da capitania do Maranhão; Capela de Nossa Senhora da Conceição do engenho Poxim, em Sergipe; e na ermida de Nossa Senhora do Rosário da Água Branca (atual estado de Alagoas), edificada em 1770, pelo major Francisco Casado de Melo.

⁴⁸ AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75.

formaria uma unidade harmônica e horizontal⁴⁹. Apesar de o seminário da vila da Mocha possuir os dois “corpos” independentes (capela e residência), a concordância entre as formas, em nosso entender, respondia à unidade almejada.

Hoje só nos resta contemplar, na paisagem da cidade de Oeiras, a simplicidade da capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário⁵⁰ [figura 03]. A residência dos padres foi demolida, talvez na segunda metade do século 19, não se sabe a data precisa. Spix e Martius, em 1818, ao viajar de Salvador à cidade de São Luís, passando por Oeiras, relataram o uso do edifício naquele momento, “atualmente casa do vigário, o qual tem autorização do bispo do Maranhão para exercer certas funções [...]”⁵¹. Já o naturalista inglês George Gardner, em expedição científica pelos sertões das províncias do Norte, analisando a localização do edifício no espaço urbano e alguns de seus aspectos estéticos, viu que “na extremidade norte da cidade [Oeiras] há um grande e belo edifício, ora em ruínas, que foi o colégio dos jesuítas antes da expulsão do Brasil”⁵².

Em Geru, missão religiosa que esteve localizada no interior do atual estado de Sergipe, o padre Luiz Mamiani della Rovere edificou a igreja consagrada a Nossa Senhora do Socorro, cuja volumetria simples é formada pela torre sineira e o bloco da nave central. Esse lugar foi centro de confluência espiritual tanto dos índios congregados, como de portugueses que moravam nas cercanias. Era, por sua essência, um espaço de trocas cultural e simbólica, de entendimento acerca das diferenças do “outro”. A produção artística realizada em Geru foi considerada por Lúcio Costa como “mestiça e vigorosa que se enquadra no importante surto da arte ocorrido, de fins do século 17 e meados dos Setecentos, naquela região, constituindo uma escola a parte [...]”⁵³. Ao indicar uma arte mestiça, proveniente de simbiose ou encontro cultural, Costa sugere a existência de uma síntese realizada entre a tradição europeia e aquela formulada pelos indígenas dos sertões. As crenças pagãs e as ideias do cristianismo da contrarreforma convergem para uma “maneira” de fazer própria. Os padres desencorajavam o uso do paganismo na ornamentação dos altares e capelas, mas aceitavam a conversão de elementos arraigados no cotidiano indígena, como frutos, plantas e elementos antropomórficos, como conteúdos simbólicos a serem representados na arte, capazes de moldar, doutrinar e pacificar os aldeados⁵⁴. Coube aos religiosos decidir adaptar os hábitos indígenas na evangelização, o que divergia, em certa medida, da política colonial do Estado português, de obrigar a observar o catolicismo e seus símbolos dogmáticos, como método eficaz de doutrinação.

Na missão da Ibiapaba, hoje cidade de Viçosa (CE), cujos desdobramentos de implantação foram parcialmente explorados no tópico anterior, encontramos o templo católico dedicado a Nossa Senhora da Assunção. O forro do altar-mor, única parte que resistiu a um incêndio, apresenta ricos motivos alegóricos pintados sobre os painéis de madeira. Mais uma vez, notamos, nesse exemplar arquitetônico, a disciplina da Companhia de Jesus traduzida na simplicidade da fachada, despojamento volumétrico e uma austeridade fria e lógica. Não há lugar, nesse momento, para fantasias ou cenários, há uma “maneira” de fazer⁵⁵.

A igreja atual [figura 03] passou por reformulações decorativas em sua fachada. Outras “camadas” estilísticas foram sobrepostas à ideia inicial dos jesuítas, isto é, a ação de diferentes gerações se superpõe, mediante acumulações e substituições, vistas materialmente, no dizer de Milton Santos, por meio das “rugosidades” de uma Arquitetura ou de uma paisagem⁵⁶. No projeto inicial,

⁴⁹ COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. v. 5. Rio de Janeiro: MEC, 1941. p. 27.

⁵⁰ Na figura 03, observamos a presença de uma torre sineira, porém esse elemento arquitetônico não fez parte do projeto inicial da ermida jesuítica. Pela falta de documentação, não podemos precisar a data da inclusão da torre na edificação.

⁵¹ SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. P. F. *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1823*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 422.

⁵² GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1975. p. 125.

⁵³ COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil... Opus cit., p. 67.

⁵⁴ GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010. p. 31.

⁵⁵ TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. v. 1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. p. 123.

⁵⁶ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009. p. 104.

segundo iconografia localizada na Fundação da Biblioteca Nacional, a fachada principal da edificação havia sido “riscada” com um frontão triangular, uma porta de entrada e duas fenestrações situadas, simetricamente, acima da portada. Esse jogo triplo e rítmico – janela - porta – janela - criava um triângulo equilátero, apresentando o cuidado dos construtores em seguir o rigor matemático convencionado nos tratados de Arquitetura. Vê-se também que os padres sabiam combinar a realidade geográfica do lugar ao edifício, como se nota no adro, estruturado acima de um pequeno platô de pedra, elevado poucos metros acima do terreno.

Não sabemos se a igreja esboçada na iconografia da Biblioteca Nacional foi aquela edificada por Ascenso Gago e seus neófitos tutelados, em princípios do século 18. Indagação necessária, pois, no ano da expulsão dos componentes da Companhia de Jesus do Brasil, foram conduzidos para o Rio de Janeiro, os padres Rogério Canizio e João Nepomuceno e o irmão Jaesme de Barca, “os dois últimos vai na Nau da Guerra, que a combóia e de ambos se dizem perfeitos Matemáticos e belíssimos Arquitetos militares [...]”⁵⁷. Supomos que os dois inicianos matemáticos e arquitetos, de alguma forma, realizaram alguma intervenção na arte, na Arquitetura e/ou na disposição urbana do aldeamento missionário, tendo, quiçá, acrescentado novos elementos decorativos à volumetria do templo ou ao seu interior. Infelizmente, e mais uma vez, não detemos fontes capazes de esclarecer essa hipótese.

Em um competente estudo sobre a igreja de Nossa Senhora da Assunção, o arquiteto cearense José Liberal de Castro apontou a planta do templo como sendo formada por uma nave central flanqueada por duas naves laterais. No interior, avista-se um coro com largura similar ao da nave. A torre sineira da época jesuítica é a da direita do observador⁵⁸ (figura 02). A outra foi adicionada em data ulterior. A composição volumétrica - nave + uma única torre sineira - é encontrada em outros exemplares da Arquitetura da Companhia no Brasil, por exemplo, a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Anchieta, localizada no atual estado do Espírito Santo; a capela da missão do Geru, dedicada a Nossa Senhora do Socorro, e a igreja da aldeia de São Paulo do Paraitinga.

Contraopondo a austeridade da volumetria da igreja da missão da Ibiapaba, o retábulo e seu forro encantam o olhar do visitante, pela beleza pictórica e dinamismo (figura 04). Para Liberal de Castro, a originalidade do retábulo se deve ao amplo nicho central, cercado por quatro pequenos nichos, enquadrados em colunas salientes, com fustes salomônicos⁵⁹ e elementos decorativos em pintura policromada sobre madeira. O forro sugere uma análise cuidadosa, em virtude da temática abordada nas alegorias representadas. Vale mencionar que o propósito inicial da capela seria o de servir aos interesses de conversão e catequese dos neófitos⁶⁰ e, portanto, numa primeira mirada, as figuras parecem se deslocar do contexto cultural da Ibiapaba. Foram identificadas três tipologias alegóricas: 1) virtudes teológicas (esperança, fé e caridade); 2) virtudes cardeais (justiça, prudência, fortaleza e temperança); e 3) sentidos humanos (tato, audição, olfato, visão e paladar)⁶¹.

As alegorias, por destacar qualidades dos cristãos europeus, poderiam ser úteis aos interesses dos missionários, de revestir os índios de uma nova personalidade, transformada segundo as conveniências da Igreja Católica e do Estado Português. Expondo as virtudes, segundo uma concepção e classificação

⁵⁷ AHU_ACL_CU_CEARÁ, Cx. 7, D. 464.

⁵⁸ CASTRO, José Liberal de. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro*. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001. p. 67.

⁵⁹ José Liberal de Castro. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro...* Opus cit., p. 72.

⁶⁰ José Liberal de Castro, *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro...* Opus cit., p. 91.

⁶¹ José Liberal de Castro, *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro...* Opus cit., p. 99.

⁶² José Liberal de Castro, *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de ferro...* Opus cit., p. 97.

eurocêntricas, os catecúmenos poderiam se assemelhar aos costumes e hábitos do Velho Mundo, deixando para trás seu “bárbaro” modo de vida, considerado rústico, feroz e incompatível com os sentimentos da cristandade. Liberal de Castro, ainda, ao se referir aos sentidos humanos, opina que eles eram frequentemente representados na arte da Europa dos Seiscentos, com desdobramentos na arte colonial brasileira do século 18⁶². Aludimos que os jesuítas indicaram os sentidos humanos em sua catequese, como metodologia religiosa para explicar as qualidades das obras do deus católico: as cores da terra, os sons dos pássaros e do vento, o gosto das frutas, o cheiro das flores e a emoção de um abraço fraternal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve panorama social, político, cultural, econômico e religioso tentou introduzir algumas questões relativas à urbanização e arte elaboradas nos sertões das Capitâneas do Norte, lacunas existem e persistirão. Consideramos tais eventos como um sistema complexo e dinâmico. As tensões e simbioses das relações sociais articularam uma peculiar rede urbana e uma paisagem territorial *sui generis*, amalgamadas pelos encontros culturais entre europeus católicos e as diversas etnias indígenas sertanejas.

O progressivo povoamento, a posse das terras pelos fazendeiros de gado e o paralelo movimento dos missionários deram condições ao surgimento de uma malha urbana oficial, composta de aldeamentos missioneiros e povoações de variados níveis e perfis. Portugal desejava, com essa estratégia, expandir suas fronteiras geográficas para além do meridiano de Tordesilhas, por isso, o seu apoio, num primeiro momento da história dos sertões do Norte, aos criadores de gado e às ordens religiosas. Além disso, o tipo de concessão fundiária – grandes latifúndios ou imensas sesmarias – deu aos focos de adensamento humano um caráter dispersivo, eram pontos que “salpicavam” o território, distantes léguas e léguas uns dos outros.

A dispersão e os poucos recursos pecuniários contribuíram para a elaboração de uma Arquitetura despojada, austera e simples. Em determinados casos, como em Geru e na Ibiapaba, a rica ornamentação interior resultou das específicas relações sociais ali imbricadas. Geru foi centro pacífico e acolhedor, tanto de portugueses quanto dos neófitos. Na missão da Ibiapaba, onde milhares estiveram reunidos, às vistas da monarquia portuguesa, seria essencial a “domesticação” do indígena, a ser usado, quem sabe, em guerras de conquistas internas, ou naquelas que poderiam ocorrer com nações rivais da Europa, Espanha particularmente.

A arte remanescente daqueles séculos coloniais serviu de apoio pedagógico à catequese e à propagação da cristandade aos gentios. O rigor matemático, o uso indireto dos métodos dos tratados de Arquitetura, a adaptação ao meio e à realidade cultural sertaneja foram elementos considerados pelos jesuítas, observados nas capelas e pinturas produzidas em suas missões. Tomadas as devidas proporções, notamos que o “outro” foi peça chave, mediação primordial à formação cultural de um povo que viveu na “periferia” da colônia portuguesa das Américas.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*. Lisboa.
- AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 1; AHU_ACL_CU_009, Cx. 9, D. 957; AHU_ACL_CU_009, Cx. 9, D. 906; AHU_ACL_CU_SERGIPE, Cx. 3, D. 199; AHU_ACL_CU_009, Cx. 40, D. 3951; AHU_ACL_CU_CEARÁ, Cx. 6, D. 416; AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75; AHU_ACL_CU_BAHIA, Cx. 20, D. 3633; AHU_ACL_CU_016, Cx. 8, D. 450; AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 96; AHU_ACL_CU_CEARÁ, Cx. 7, D. 464. CD-ROM
- CÓDICE Costa Matoso*: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. (Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência)
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1975. 260 p.
- INFORMAÇÃO Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXVIII. Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1908.
- SALVADOR, frei Vicente. *História do Brasil: 1500 – 1627*. São Paulo: Edusp, 1982. 527 p.
- SPIX, Johann Baptist; MATIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1823*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 341 p.

Fontes Secundárias

- ARRAES, Damião Esdras Araújo. 2012. 504 p. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARRAES, Damião Esdras Araújo. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 21, n. 02, jul.-dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200003>
- BURKE, Peter. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 191 p.
- CASTRO, José Liberal de. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará*: Arquitetura e pintura de forro. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001. 173 p.
- COSTA, Lúcio. A Arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. v. 5. Rio de Janeiro: MEC, 1941. p. 11-98.
- DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2007. 476 p.
- FONSECA, João Justiniano da. *Rodelas: curraleiros, índios e missionários*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1996. 298 p.
- GIORDANO, Cláudio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992. 216 p.
- GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamérica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010. 802 p.
- LEITE, Serafim. João de Barros, lisboeta, apóstolo dos Quiriris e Acarases. *Congresso do Mundo Português*. Vol X. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário, 1940. p. 473-481.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos II, III, V. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. 658 p.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. 323 p.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial*. São Paulo: UNICAMP, 2001. 444 p.
- MARTINS, Renata M. de Almeida. 2009. 483 p. *Tintas da terra, tintas do reino: Arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653 – 1759)*. Tese (Doutorado) – FAUUSP. São Paulo, 2009.
- MARX, Murillo. *Cidades no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991. 143 p.

- MELLO, Magno; LEITÃO, Henrique. A pintura barroca e a cultura matemática dos jesuítas: o Tractado de Prospectiva de Inácio Vieira, S. J. *Revista de História da Arte*, Lisboa, n. 01. Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), p. 95 – 141. 2005.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. 384 p.
- TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. vol. 1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 1116 p.
- WITTKOWER, Rudolf; JAFFE, Irma. Il contributo Gesuita alle Arti. In: *Architettura e Arti dei Gesuiti*. Milão: Mondadori Electa, 2003. 209 p.
- ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. vol. 1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 1116 p.

Nota do Editor

Data de submissão: Julho 2013

Aprovação: Março 2014

Esdras Arraes

Arquiteto e urbanista, doutorando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. Bolsista Fapesp.

Rua Maranhão, 88, Higienópolis.

01240-000 - São Paulo, SP

esdrasarraes@usp.br;

esdras_arraes@yahoo.com.br